

**RE no AgInt nos EDcl nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM  
RECURSO ESPECIAL Nº 740.360 - MG (2015/0163858-3)**

**RELATORA** : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
**RECORRENTE** : DESBAN - FUNDAÇÃO BDMG DE SEGURIDADE SOCIAL  
**ADVOGADOS** : ROBERTO EIRAS MESSINA - SP084267  
LUÍS FERNANDO FEOLA LENCIONI - SP113806  
**ADVOGADA** : LARA CORRÊA SABINO BRESCIANI - DF024162  
**ADVOGADOS** : ANA CAROLINA RIBEIRO DE OLIVEIRA - DF027413  
MARILENE DE FÁTIMA SILVA DINIZ - MG112794  
GISELE ALVES DE LIMA - SP336279  
**RECORRIDO** : ALOISIO DUARTE MONTE ALTO  
**RECORRIDO** : DAISY DE FREITAS GUIMARAES  
**RECORRIDO** : RODRIGO MENDONÇA WANDERLEY PIRES  
**ADVOGADOS** : GERALDO AFONSO SANT'ANNA JUNIOR - MG055662  
OLGA PAULA VIEIRA SANT'ANNA E OUTRO(S) - MG053444  
CAIRO ROBERTO BITTAR HAMÚ SILVA JÚNIOR -  
DF017042  
RAISSA ROESE DA ROSA E OUTRO(S) - DF052568

**EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. RESGATE DAS CONTRIBUIÇÕES. ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. RE-RG 582.504. **TEMA 174/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto pela FUNDAÇÃO BDMG DE SEGURIDADE SOCIAL - DESBAN, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 1.791):

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE BENEFÍCIO. APLICAÇÃO DA TAXA REFERENCIAL. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE SUPERIOR. SÚMULA 83/STJ. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. ALEGADA OFENSA AO ART. 6º DA LINDB. RECURSO ESPECIAL - VIA INADEQUADA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Não há falar em ofensa ao art. 535 do CPC/1973 quando o v. acórdão conclui, de modo integral e com fundamentação suficiente e clara, a controvérsia trazida no recurso.

2. Inviável o conhecimento do recurso especial por violação ao artigo 6º da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, uma vez que os princípios nela contidos são institutos de natureza eminentemente constitucional.

3. "A correção dos benefícios periódicos da complementação de aposentadoria unicamente pela TR acarreta substanciais prejuízos ao assistido, visto que há, com a corrosão da moeda, perda gradual do poder aquisitivo, a gerar desequilíbrio contratual" (REsp 1610944/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 05/05/2017).

4. Cabimento da revisão judicial do contrato para substituir a TR pelo INPC, como índice de atualização monetária dos benefícios. Julgados desta Corte.

3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

Opostos embargos de divergência (fls. 1.806/1.844), estes foram, inicialmente, desprovidos, por meio da decisão de fls. 1.951/1.956, confirmada por meio do acórdão de fls. 2.132/2.144. Entretanto, em sede de embargos de declaração acolhidos com efeitos infringentes, a decisão de fls. 2.087/2.090 não conheceu dos embargos de divergência. Aportada a controvérsia ao órgão colegiado, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça proferiu acórdão sintetizado com a seguinte ementa (fl. 2.132):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. ENTIDADE FECHADA. CORREÇÃO MONETÁRIA DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. UTILIZAÇÃO DA TR. DIVERGÊNCIA NÃO CONFIGURADA.

1. Os embargos de divergência não constituem via adequada para, simplesmente, rejulgar a causa. O efetivo julgamento, no presente caso, foi realizado quando decidido o recurso especial pela Terceira Turma, sendo certo que o objetivo dos referidos embargos é uniformizar teses à luz de circunstâncias fáticas, jurídicas e processuais semelhantes, o que impõe a identidade entre as questões jurídicas e os fatos relevantes do processo.

2. Acórdãos indicados nos embargos de divergência, nos quais se discutiu (i) a inclusão de abonos e de auxílio cesta-alimentação nos proventos de complementação de aposentadoria, (ii) a utilização da TR em contratos bancários e (iii) a aplicação do referido índice para efeito de corrigir monetariamente benefícios vinculados a entidades de previdência privada "aberta", não servem para comprovar a divergência jurisprudencial nestes autos, em que a pretensão deduzida pelos agravados refere-se à impossibilidade de corrigir pela TR benefícios percebidos de entidade de previdência privada "fechada", regulados por normas legais e infralegais próprias.

3. Agravo interno desprovido.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 2.151/2.174), sustenta a parte

recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa aos artigos 97 e 103-A, da Constituição Federal.

Alega, para tanto, ser legítima a aplicação da Taxa Referencial (TR) como critério de correção de benefícios de previdência complementar.

Salienta que a aplicação, no caso concreto, da Taxa Referencial (TR) até o ano de 2004 teve fundamento no 6º, inciso II, da Lei 8.177/1991, cuja aplicação o acórdão recorrido afastou, sem, todavia, haver declaração de sua inconstitucionalidade.

Afirma, também, que, a persistir a conclusão do acórdão recorrido, haverá violação do princípio da segurança jurídica, previsto no artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, ao argumento de que não se pode aplicar nova interpretação retroativamente, atingindo situações jurídicas consolidadas no passado - contratos firmados com a parte recorrida.

Preparo recursal às fls. 2.175/2.176.

Apresentadas as contrarrazões às fls. 2.186/2.195.

É o relatório.

O recurso extraordinário não merece seguimento.

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 582.504, decidiu que não há repercussão geral na controvérsia envolvendo a incidência de correção monetária sobre o resgate de contribuições vertidas em favor de entidade de previdência privada por se tratar de questão infraconstitucional (Tema 174).

Confira-se, a propósito, a ementa do julgado paradigma:

RECURSO. Extraordinário. Incognoscibilidade. Plano de previdência privada. Resgate das contribuições. Índices de correção. Questão infraconstitucional. Precedentes. Ausência de repercussão geral. Recurso extraordinário não conhecido. Não apresenta repercussão geral o recurso extraordinário que, tendo por objeto questão de resgate de contribuição de plano de previdência privada, versa sobre matéria infraconstitucional (RE 582.504 RG, Relator Min. CEZAR PELUSO, julgado em 1º/8/2009, DJe-191, divulgado em 8/10/2009, publicado em 9/10/2009 EMENT VOL-02377-07 PP-01328.).

No mesmo sentido, colhem-se os seguintes precedentes:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESGATE DE CONTRIBUIÇÕES VERTIDAS EM FAVOR DE FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. CORREÇÃO MONETÁRIA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. 1. Decisão agravada que está alinhado com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que assentara a ausência de repercussão geral da controvérsia envolvendo a incidência de correção monetária sobre o resgate de contribuições vertidas em favor de entidade de previdência privada (RE 582.504-RG, Rel. Min. Cezar Peluso - Tema 174), por restringir-se a tema infraconstitucional. 2. O art. 543-A, § 5º, do CPC, bem como os arts. 326 e 327 do RI/STF, dispõe que a decisão desta Corte quanto à inexistência de repercussão geral valerá para todos os casos que versem sobre questão idêntica. 3. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC. (ARE 789.012 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira

Turma, julgado em 26/05/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-116  
DIVULG 17-06-2015 PUBLIC 18-06-2015)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PRELIMINAR DE REPERCUSSÃO GERAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. ÔNUS DO RECORRENTE. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. QUESTÃO INFRACONSTITUCIONAL. REPERCUSSÃO GERAL NEGADA (ARE 748.371, REL. MIN. GILMAR MENDES, TEMA 660). OFENSA CONSTITUCIONAL REFLEXA. SÚMULAS 279 E 454 DO STF. APLICAÇÃO DE ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA DE FORMA DIVERSA À PREVISTA NO CONTRATO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA. QUESTÃO INFRACONSTITUCIONAL. RE 582.504-RG (REL. MIN. CEZAR PELUSO, TEMA 174). PRÉVIA FONTE DE CUSTEIO. REGRA NÃO APLICÁVEL ÀS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (ARE 859.860 ED, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 30/06/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-157 DIVULG 10-08-2015 PUBLIC 12-08-2015)

Dessa forma, uma vez firmada pela Suprema Corte a ausência de repercussão geral sobre a matéria, afigura-se incabível o recurso extraordinário interposto com base em alegada violação dos artigos 5º, inciso XXXVI, 97 e 103-A, da Constituição Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 07 de junho de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente